

Santos, B. V. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo

Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo

Juventud, activismo político, políticas públicas y la confusión que es articular todo eso

Youth, political activism, public policies and the mess that is to joint all of this

Bruno Vieira dos Santos¹

Resumo

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de pós-graduação em Psicologia que evidenciou a relação entre juventude e política. Objetivamos traçar as relações entre juventude e política e o modo como essa relação se antagoniza com a noção de adultocracia/adultocentrismo. Estabelecemos ao longo desta escrita uma possível diretriz que pode ser incorporada às pesquisas, aos projetos e às ações do poder público voltadas à juventude, que é a necessidade de se entender o jovem não apenas como sujeito de direitos, mas um sujeito ativamente político. E, também, salientamos a necessidade da interseção entre juventude e outros marcadores sociais (como gênero e raça) na construção de políticas públicas.

Palavras-chave: Juventude. Políticas públicas. Movimentos ativistas.

Abstract

This article is an excerpt from a postgraduate research in Psychology that highlights the relationship between youth and politics. We aim to trace the relationship between youth and politics and how this relationship is antagonized with the notion of adultocracy/adultocentrism. Throughout this writing, we established a possible guideline that can be incorporated into research, projects and government actions aimed at youth, which is the need to be understood not only as a subject of rights, but an actively political subject. And, also, we emphasize the need for the intersection between youth and other social markers (such as gender and race) in the construction of public policies.

Keywords: Youth. Public policies. Activist movements.

Resumen

Este artículo es un extracto de una investigación de posgrado en Psicología que destaca la relación entre la juventud y la política. Nuestro objetivo es rastrear la relación entre la juventud y la política y cómo esta relación se antagoniza con la noción de adultocracia/adultocentrismo. A lo largo de este escrito, establecimos una posible directriz que puede incorporarse a la investigación, proyectos y acciones gubernamentales dirigidas a los jóvenes, que es la necesidad de comprender a los jóvenes no solo como un sujeto de derechos, sino como un sujeto político activo. Y, también, enfatizamos la necesidad de la intersección entre los jóvenes y otros marcadores sociales (como el género y la raza) en la construcción de políticas públicas.

Palabras clave: Juventud. Políticas públicas. Movimientos activistas.

¹ Jornalista graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Psicologia Social pela UFMG.

Introdução: primeiras palavras para entender o rolê

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de pós-graduação em Psicologia, na área de Psicologia Social, que evidenciou a relação entre juventude e política e como isso se relaciona com o processo de construção de políticas públicas de juventude. Realizado a partir da percepção das articulações juvenis em torno de uma política pública implementada em Belo Horizonte (MG), o estudo propôs uma discussão que envolve a conceituação do termo juventude, a articulação juvenil na política e a questão da incidência de jovens na realização de políticas públicas voltadas para si. A partir de observações participantes, de entrevistas com sujeitos/as políticos/as atuantes no contexto da defesa da política pública supracitada e da elaboração de um diário de campo, a pesquisa levou em consideração elementos do ativismo juvenil que, a nosso ver, embasam-se em uma forma de contestação a uma ordem adultocrática.

A perspectiva da pesquisa tem lastro com a construção de uma Sociologia e de uma Psicossociologia latino-americanas para compreender como se dão as articulações entre juventude e política (Abramo, 1997; Pereira, 2007; Castro, 2007; Borelli & Oliveira, 2010; Butler & Princeswal, 2012; Mayorga, Castro, & Prado, 2012; Cabalin, 2013; Menezes & Rodrigues, 2014; Oliveira & Hermont, 2014; Chacón, 2015; Aguilera Ruiz, 2016; Menezes, Colaço & Adrião, 2018). No artigo em tela, partimos desse lócus para traçar as relações entre juventude e política e discutir como essa relação se antagoniza com a noção de adultocracia/adultocentrismo. Estabelecemos ao longo desta escrita uma possível diretriz que pode ser incorporada às pesquisas, aos projetos e às ações do poder público voltadas à juventude, que é a

necessidade de se entender o jovem não apenas como sujeito de direitos, mas um sujeito ativamente político. E, também, salientamos a necessidade da interseção entre juventude e outros marcadores sociais (como gênero e raça) na construção de políticas públicas.

Diz aí: o que é juventude?

Do ponto de vista da conceituação teórica, podemos visualizar as contradições no termo juventude. Ao mesmo tempo em que suas características são louvadas – como energia e estética corporal –, a juventude não é percebida como uma categoria de sujeitos de direitos plenos, mas sim, segundo Juarez Dayrell e Nilma Lino Gomes (s/d, p. 1), como uma “condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente”. Os autores percebem que os aspectos problemáticos juvenis (de uma “juventude transviada”) acontecem e são importantes, mas não se pode reduzir o jovem a somente isso. Ações em prol da juventude passariam a ser focadas na busca de superação do suposto “problema juvenil” e, nesse sentido, “voltam-se somente para os setores juvenis considerados pela sociedade, pela escola e pela mídia como ‘em situação de risco’” (Dayrell & Gomes, s/d, p. 2).

Lucia Rabello de Castro aponta que a juventude é marcada por sua “posição relacional em comparação à idade adulta”, sendo a consequência dessa posição relacional o fato de se pensar as políticas, análises e debates a partir de uma lente adultocêntrica. Seja em determinados momentos como etapa de vida, seja como fase de transição, Castro (2012, p. 67) afirma que

a juventude é, frequentemente, representada como falta, ou excesso de alguma coisa relacionada ao seu devir

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

último de adultidade ao qual deve tender. Neste sentido, ser jovem anuncia, por este viés, uma posição de subordinação prospectivamente ao que ele deve deixar para trás no seu processo de desenvolvimento.

A constituição da terminologia “juventude” como categoria social advém de um processo de construção de outras categorias sociais. Pierre Bourdieu, no texto chamado “A juventude é apenas uma palavra”, afirma que, assim como a velhice, juventude não é uma categoria dada, mas uma construção empreendida socialmente na luta entre jovens e velhos: as relações entre “idade social” e “idade biológica” seriam por demais complexas (Bourdieu, 1983). Em contraponto, Mario Margulis e Marcelo Urresti respondem de maneira provocativa ao texto de Bourdieu já a partir do título, que é “A juventude é mais que uma palavra”. Nessa publicação, os autores realizam uma proposta de superar a noção de juventude apenas pelo fator etário, convocando para uma reflexão sobre o fato de a condição histórica e cultural da juventude não ser igual a todos os sujeitos jovens (Pereira, 2007). Os autores descrevem a juventude como não apenas uma ocorrência etária, que se dá em faixas delimitadas de acordo com cada sociedade, mas como o que se pode chamar de ocorrência geracional, trazendo-se dessa forma a noção de geração inserida em uma “circunstância cultural que emana de ser socializado com códigos diferentes, de incorporar novos modos de perceber e de apreciar, de ser competente em novos hábitos e destrezas, elementos que distanciam aos recém-chegados do mundo das gerações mais antigas” (Margulis & Urresti *apud* Pereira, 2007, p. 4). Oscar Dávila León evidencia que o termo é uma construção histórica e que tal construção deve ser contextualizada no seu momento de constituição. Sugere, também, que a juventude como categoria social possa ser vislumbrada como categoria etária/sociodemográfica, como etapa de

amadurecimento (sexual, físico, afetivo, intelectual) e como subcultura – a “cultura juvenil”, como é popularmente conhecida (Dávila León, 2004).

No intuito de considerar juventude como categoria social, Patricia Oliart e Carles Feixa (2012) propõem uma divisão, acerca dos estudos latino-americanos sobre juventude, em três vertentes: “jovens como atores políticos”, “jovens como problema social” e “jovens como cidadãos”. São noções não excludentes, ainda que tenham origens temporais diferentes.

Na classificação que considera os *jovens como atores políticos*, temos como marco zero o Movimento pela Reforma Universitária em Córdoba, Argentina, em 1918, cujo pano de fundo foi um desejo de mudança intelectual e social da elite argentina, que acreditava na possibilidade de as novas gerações varrerem a herança colonial que imperava no país e iniciar e liderar mais novas e mais modernas sociedades. Esse movimento, oriundo de jovens de classes mais abastadas, gerou ecos sobre os estudos sobre juventude até os anos 1970. Nesse período, a participação política juvenil se dá tanto em estruturas institucionais, como os Diretórios Acadêmicos das faculdades e universidades, como na participação radical em movimentos sociais que abraçam a agenda política marxista e apoiam as rebeliões do/no campo e as demandas de classe (Oliart & Feixa, 2012). É nessa época que ascendem os regimes ditatoriais na América Latina, que promoviam localmente, sob a influência estadunidense, a ampliação da Doutrina da Segurança Nacional.² Isso afeta a atuação política dessa juventude latino-americana, que se encontrava principalmente em

² De origem estadunidense, surge em consequência da Guerra Fria. Os EUA formaram, por meio de suas escolas militares, toda uma geração de oficiais influenciados por uma concepção de “defesa nacional”. É essa noção que vai inspirar no Brasil e em outros países a ascensão e a manutenção de regimes ditatoriais.

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

organizações de esquerda. Em um interessante paralelo com as pesquisas latino-americanas, os estudos sobre participação juvenil no Brasil dos anos 1960 e 1970 focam numa representação da juventude que era de classe média e majoritariamente branca – deixando de lado jovens de classes menos privilegiadas. Já nessa época empunhava-se a dicotomia entre jovens apáticos e jovens rebeldes, que lutavam por mudanças sociais ou se conformavam com a situação (Zucchetti & Bergamaschi, 2007; Cassab, 2010).

Uma segunda vertente de estudos é a dos *jovens como problema social*. Essa é uma concepção que se inicia nos anos 1980, em meio a uma grave crise econômica que afeta a população urbana pobre. O quadro de superinflação conjugado com o alto índice de desemprego faz com que crianças e mulheres vão às ruas à procura de trabalhos informais em busca da sobrevivência, o que faz com que os jovens abandonem a educação/a escola, a casa e se situem em um quadro de fragilidade social. Atribui-se a eles uma condição de jovem debilitado (*joven dañado*), com pesquisas enfatizando e apresentando “problemas de integração social produto de acidentes biográficos nas suas trajetórias vitais” (Aguilera, 2009, p. 120). Ao/a jovem é atribuída também a condição de jovem violento, cujos estudos colocam esforços em investigar os processos de violência nos setores populares e nos espaços escolares. A não integração do jovem à sociedade, segundo tais análises, seria fruto de condições (como a pobreza) que impedem seu desenvolvimento integral.

Esses problemas de exclusão, em essência, determinaram a forma como as políticas públicas de juventude se desenvolveriam na América Latina (Abad, 2002; Sposito & Carrano, 2003). No Brasil, essa concepção ganha força a partir dos anos 1990, período no qual mais se falou sobre crianças e jovens no que tange

ao conceito de “vulnerabilidade social” ou “situação de risco”, cujo discurso ganhou destaque e recai, especialmente, sobre jovens das classes populares. Há uma presente associação entre pobreza e marginalidade/criminalidade que atinge os jovens periféricos, mesmo eles não tendo praticado nenhum tipo de delinquência (Zucchetti & Bergamaschi, 2007, p. 230).

Se antes a juventude era um conceito prioritariamente eivado e concebido na elite, a partir dessa concepção passa a abranger toda uma faixa etária específica que, de acordo com seu posicionamento na sociedade, pode ser vista como engajamento (nas classes médias e altas) ou como problema social (nas classes baixas). O que corrobora essa afirmativa é a percepção de que, no Brasil e em outros países da América Latina, boa parte das pesquisas sobre ações juvenis partem da condição estudantil branca e de classe média dos sujeitos pesquisados, e que os jovens de camadas populares aparecem como sujeitos de vulnerabilidades sociais, de violências e violações de direitos, sendo associados ao risco social e potencialmente ao crime (Mayorga *et al*, 2010).

A terceira vertente de estudos que Oliart e Feixa (2012) enumeram percebe os *jovens como cidadãos*. Essa corrente de estudo entra em sintonia com outras vertentes, em especial a dos estudos culturais (*Cultural Studies*), encabeçada pela Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Há um aprofundamento nas noções de classe e resistência, com contribuições oriundas do campo da Antropologia por meio da etnografia como proposta epistêmica e metodológica. Nessa vertente, as pesquisas tentam envolver a juventude no processo de produção de conhecimento, valorizando sua subjetividade. Alocam-se nesse esteio as pesquisas sobre juventude e sua potencialidade na produção cultural e criação de “subculturas”, baseadas em maneiras distintas de se vestir, de se

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

portar e de estar em sociedade. Destacam-se estudos sobre as culturas juvenis, mobilização social e participação política, que reconhecem “a energia criativa, as práticas críticas e os estilos de vida alternativos promovidos por jovens na busca de enfoques diferentes para a compreensão das subjetividades juvenis e das culturas” (Feixa, 2014, p. 505).

Nas duas primeiras tradições de estudo (jovens como atores políticos e como problema social), é possível perceber uma “orientação universalista”, que se caracteriza por um “padrão unitário” no qual há uma orientação adultocentrada que gera uma percepção homogeneizante da juventude (Aguilera Ruiz, 2016). Na primeira vertente, essa universalização acontece ao se empacotar os jovens dentro de caixinhas delimitadas pelas concepções de participação política total; presume-se um engajamento *a priori* desse jovem, como se ele já estivesse “determinado” a cumprir tal função. Na segunda vertente, a tendência à universalização aparece na construção de iniciativas que visem apenas retirar o/a jovem da situação de “risco social”, sem pensar ações *a posteriori*. Na vertente que concebe o jovem como cidadão, é possível perceber, por outro lado, uma “orientação relativista”, que supõe a impossibilidade de uma compreensão total sobre o/a jovem, fazendo com que se detenha nas suas especificidades sem generalizar.

Numa primeira mirada, parece que estamos falando de polarizações no que tange à orientação dos estudos – haveria, possivelmente, uma oposição entre universal e relativo, entre universal e particular. Entretanto, essa diferenciação, eivada de certa dicotomia, em última instância particulariza ou universaliza as análises. Considerar os estudos por um lado ou por outro lado alimenta uma paradoxal percepção sobre como encarar a juventude – seja teoricamente, seja empiricamente. Enquanto categoria de análise, ela pode ser uma reivindicação

necessária no quesito identidade para que sejam possíveis as formulações de políticas públicas, normativas e outros instrumentos por meio dos quais o Estado contempla essa parcela da sociedade. Por outro lado, essa mesma reivindicação precisa ser reconciliada com um debate sobre a descrição própria do termo juventude, o que me faz compreender que as análises, ainda que categorizadas entre universal e relativista, podem ser situadas a partir do lugar comum de onde elas partem: a juventude.

Ativismo juvenil, políticas públicas e o enfrentamento à adultocracia

Ao partir do princípio de que juventude não é uma categoria social dada, mas uma construção social (Pais, 1990; Zucchetti & Bergamaschi, 2007), podemos dizer que, dessa forma, ela compreende em si mesma dilemas, problemas e questões. A respeito disso, destacamos uma das principais controvérsias acerca do tema: a dicotomia “apatia/participação cidadã” das/dos jovens. O que podemos enxergar para além dessa bipolaridade? (Abramo, 1997; Cassab, 2010; Mayorga, Castro, & Prado, 2012; Mayorga, 2013).

A atuação política desses sujeitos talvez esteja na compreensão de que entre os/as jovens se estabeleceu não uma apatia, mas uma *antipatia* aos modos de fazer política derivados de um modelo hegemônico e, com certeza, adultocêntrico (Alvarado, Gómez, & León, 2014). Sob essa análise, compreende-se que a busca dos/as jovens, portanto, é por possibilidades nas quais eles mesmos possam ser sujeitos da ação política (Benedicto, 2016), independentemente do formato. A chave para a compreensão do ativismo juvenil contemporâneo, portanto, está em entender como espaços em contextos urbanos ou rural-campestinos, institucionais ou não, dão conta de expressar e representar os jovens no que tange à participação (Souza *et al.*, 2012;

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

Butler & Princeswal, 2012). Saraus de periferia, coletivos culturais e batalhas de MCs são, sob essa lente, tão importantes e representativos quanto o espaço da escola, o sindicato e o partido político.

É sob esse viés que pode ser possível compreender e analisar como o ativismo juvenil, na contemporaneidade, tem construído a esfera pública e interferido direta ou indiretamente na sua construção/constituição (Mayorga, 2013), numa invenção e reinvenção autoconsciente das identidades juvenis (Feixa & Nilan, 2009) em articulação entre o global e o local. Desde o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 percebemos a profusão de manifestações que se utilizam da ação direta, do protesto em forma de

festa, da diversificação das formas de atuação, da militância intensa por meio dos recursos digitais *online* e a desvinculação das formas tradicionais de participação, como sindicatos e partidos (Oliveira, 2012). Um exemplo disso são as (controversas) Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, que se caracterizaram pela rapidez de difusão e capacidade de impacto em âmbito social – muito disso se deve ao uso das tecnologias de informação e comunicação (não somente as mídias sociais) e do uso da ação direta (Barreira, 2014). Havia nas ruas uma inquietação comum ao sistema político vigente (Mayorga & Ribeiro, 2016), mas que se manifestava em espectros políticos distintos.

Figura 1. Jornadas de junho de 2013 em Belo Horizonte, Minas Gerais



Fonte: Site “O Beltrano”.

Nos processos de ação política dos/as jovens, Oscar Aguilera identifica três categorias para analisar como irrompem as manifestações juvenis: movimentações (*movidas*), com

características mais informais e não estruturadas, com participação escassa de grupos organizados; as mobilizações, possivelmente, atos de maior monta que implicam “uma transformação de lugares,

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

uma redefinição dos códigos sociais, uma impugnação das relações sociais e a criação de símbolos que põem em xeque o próprio sistema de representações sociais hegemônicas” (Aguilera Ruiz, 2016, p. 177); e os movimentos, que se situam no campo propriamente dito dos movimentos sociais/populares e que têm em essência duas vertentes: a que observa os movimentos a partir das estruturas políticas, enfatizando as práticas coletivas; e a que os determina com destaque nas questões simbólicas existentes na sociedade (repertório) e que motivam a existência dos movimentos sociais. As três categorias não são excludentes, mas complementares a um processo político contínuo que requer minúcia na leitura e no entendimento das múltiplas formas de incidência – institucionalizada ou não. Porém, certas formas de participação são mais valorizadas que outras; a própria ideia de participação política estaria ligada à participação em instituições, mesmo sendo espaços que não harmonizam com a linguagem, o trajeito e/ou o *modus operandi* de como a juventude atua (Mayorga *et al.*, 2010; Butler & Princeswal, 2012; Mayorga, Castro & Prado, 2012).

Na democracia brasileira, as principais formas de atuação da sociedade civil para que sejam propostas ações para o Estado executar são as conferências temáticas e os conselhos de direitos. A participação de movimentos sociais (e da sociedade civil como um todo) nos processos criativos de políticas públicas é, de fato, um elemento que reforça o caráter democrático da sociedade. No entanto, existe uma dúvida sobre a qualidade da representação em tais espaços acerca da sua capacidade de influência e de autonomia dos/as atores/atrizes sociais que deles participam. Existem desníveis entre poder público e sociedade civil que afetam o real poder de deliberação de tais espaços – são as “assimetrias organizacionais, informacionais e/ou econômicas entre os

atores sociais e políticos” (Faria, 2010, p. 191). Obviamente que essas assimetrias afetam a participação juvenil nas conferências, começando por estas serem feitas em um tipo de formato que apenas os adultos ou os jovens já acostumados com os processos institucionais conseguem participar efetivamente. Isso vai com certeza refletir na participação juvenil nas conferências – há diversos textos falando das conferências, dos conselhos e das políticas públicas em si – por exemplo, Costa (2009) –, mas sem aprofundar na dimensão da participação juvenil e nas resistências/enfrentamentos que esses grupos lidam durante tais processos.

O sistema social no qual habitamos é forjado por diversas estruturas: temos a estrutura racial – que discrimina e hierarquiza pessoas de tonalidades de peles e características físicas diferentes ao padrão; a estrutura de gênero – que considera os homens como superiores às mulheres; a estrutura sexual – na qual é tido como inferior quem não é heterossexual ou quem não tem práticas sexuais consideradas “normais”; e, incluso nisso, também temos estruturas de idade – que promovem uma diferenciação entre mais jovens e mais velhos, e ambos são discriminados. As sociedades consideradas modernas pensam a velhice como decadência e a juventude como momento de imaturidade, o que confirmaria a ideia de que a vida adulta é um momento de plenitude social (Moreira, Rosário, & Santos, 2011).

Na última década, as ações políticas desenvolvidas para a juventude no Brasil embasavam-se na perspectiva do jovem como sujeito de direitos (Costa, 2009). Cabe ressaltar, entretanto, as especificidades das experiências juvenis quando realizamos recortes sociais a partir de marcadores como gênero e raça. Se chamamos a atenção para os diversos marcadores que servem de subsídio para compreender como o ativismo juvenil se concretiza, esses marcadores também têm

Santos, B. V. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo

que ser vislumbrados quando vamos entender o ativismo por vias institucionalizadas e a própria construção/consolidação das políticas públicas. Os marcadores sociais (de raça, credo, orientação sexual, gênero etc.) geralmente aparecem em estudos e pesquisas que lidam com a participação não institucional, como em coletivos, grupos culturais (Weller, 2005) ou em movimentos sociais (Giovanni, 2003). Pouco se enveredou em investigar os recortes e marcadores dos/as participantes jovens das conferências e de espaços institucionais semelhantes. Sendo esses marcadores contributos para que identifiquemos as especificidades do ativismo juvenil (para que evitemos cair numa lógica universalizante da juventude), eles também têm que estar evidentes na construção das políticas públicas de juventude, no âmbito institucionalizado.

Posto isso, podemos perceber o ativismo juvenil, em suas variadas formas, como um enfrentamento a essas relações geracionais, desiguais e subordinadas. Os marcadores sociais mencionados fazem parte e coro às reivindicações: um/a jovem que se propõe a se manifestar traz esses elementos em sua formação como sujeito/a. E isso contribui para contestar a ordem adultocrática, que

se expressa de forma distinta entre as diferentes classes e grupos sociais mesmo quando perpassa de forma transversal ao conjunto de relações sociais. Por isso, a precarização e a vulnerabilidade juvenil se ampliam com o incremento de repertórios identitários proibidos ou desacreditados, como ocorre quando se é jovem, pobre, indígena, afrodescendente, mulher, homossexual, transgênero, marcadores que correspondem a quem temos identificado como grupos estigmatizados ou identidades proibidas. (Valenzuela Arce, 2015, p. 29, tradução minha)³

³ No original: “[...] el orden adultocrático se expresa de forma distinta entre las diferentes clases y grupos sociales, aun cuando atraviase de forma transversal al conjunto de relaciones sociales. Por ello, la precarización y

A adultocracia, base na qual se ergue o controle simbólico e material dos adultos sobre jovens, pode ser definida como o poder que se exerce pelas pessoas adultas (de faixa etária entre 30 e 59 anos), que se baseia numa estrutura de dominação dos adultos que se encontram “numa relação de superioridade no que se refere a outros grupos sociais e etários, em particular infância, juventude e velhice”, gerando “uma visão simplista e homogênea da juventude”, representada “em termos de carência; de rebeldia ou diversão desenfreada; ou de forma idealizada e romântica” (Aparicio, Barranquero, Gómez, & González, 2008, p. 2).

É possível que percebamos, nessa relação entre adulto e jovem, a hierarquização entre um sujeito e outro, no qual, se formos colocar numa pirâmide, o jovem fica abaixo do adulto. Podemos ver isso como um desdobramento, uma influência ou uma forma de atuação da colonialidade de poder atingindo e contribuindo para a manutenção do adultocentrismo. Tal colonialidade, proposta por Aníbal Quijano, parte de uma análise das relações estabelecidas entre colonizadores europeus e colonizados americanos (Lugones, 2015). A opressão a que os europeus submetem os povos originários da América Latina não foi apenas da ordem da força física, mas se manifestou também a partir da construção de uma hegemonia cultural imposta pela Europa. Esse processo estabeleceu tentáculos em diversos âmbitos: na produção de conhecimento, temos ainda a tendência de olhar para a Europa como o lugar iluminado de sabedoria; na estética e na cultura, temos em nós inculcado o

vulnerabilidad juvenil se amplía con el incremento de repertorios identitarios proscritos o desacreditados como ocurre cuando se es joven, pobre, indio, afrodescendiente, mujer, homosexual, transgénero, identificadores que corresponden a quienes hemos identificado como grupos estigmatizados o identidades proscritas”.

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

conceito da cultura europeia como a cultura fina, refinada, elegante e “a melhor” cultura. Um efeito desse processo é o controle de corações e mentes por meio de uma subjetividade forjada pelo colonizador que foi inculcada nas populações não europeias que eram originárias da América Latina (como os indígenas) ou vieram trazidas à força (como os negros africanos). Esse controle, perverso do início ao fim, proporciona um efeito homogeneizante, hierarquizado e hierarquizante, que considera o que é “melhor” e o que é “pior”, o “certo” e o “errado”.

Por analogia, podemos aplicar essa reflexão à análise sobre como se dão as relações modernas entre juventude e adultidade. A partir da ponderação aqui feita, podemos dizer que existe uma *naturalização da superioridade adulta em detrimento da subjetividade juvenil*, que se dá tanto no âmbito temporal quanto no âmbito da sujeitificação: o jovem é “inferior” ao adulto porque se encontra numa condição “anterior”, primitiva, imatura. É desse jeito que pensamos a evolução dos seres humanos: antes de nós houve primatas menos “evoluídos” e que, com o passar dos tempos, foram adquirindo e somando características que os fazem mais “avançados”. Ora, o que seria a juventude como moratória social senão exatamente essa noção evolucionista?

As políticas públicas revelam parte da articulação empreendida por grupos de juventude que debatem sobre a promoção dos seus direitos. Entretanto, cabe pensar aqui a participação juvenil como elemento essencial da construção de políticas como enfrentamento a uma aceitação “natural” de um adultocentrismo na condução dos processos. Em se tratando de políticas públicas de juventude, o comportamento do jovem, no que tange à construção de tais ações, é geralmente visto pelos adultos mais como uma deferência do que como uma participação efetiva, que se instala

“numa relação de mão única na qual os jovens devem demonstrar respeito (aos adultos), mas cujas obrigações dos adultos para respeitar os jovens são escassamente mencionadas” (Hart, 2009, p. 9, tradução minha.) Nesse sentido, a participação juvenil na construção de políticas públicas de juventude pode (e deve) ser deslocada do paradigma que considera o jovem como “potencial adulto” (*not-yet-citizen*, nas palavras de Lister citado por Hart, 2009) para outro ponto de vista. Ao se tomar como ponto de partida a noção de juventude como moratória social, incute-se de alguma forma o conceito de deficit cívico: a noção de que o jovem ainda não é “adulto o suficiente” para ser considerado sujeito pleno de direitos. É aí que se deve ver a atuação juvenil como um processo de conquista de espaços públicos e de implicação participativa, por meio do qual os jovens deixem de ser entes passivos para se converterem em sujeitos que vão, ativamente, promover sua condição de sujeitos de direitos.

Debates de raça, gênero, idade e afins se situam como uma ação política que se relaciona com a disputa de um projeto de sociedade não adultocrática. Por exemplo: a complexidade do processo de enfrentamento ao genocídio da população jovem negra é um elemento que deve ser inserido no debate dos direitos juvenis e na constituição de políticas para a juventude. A não consideração desse elemento e de outros marcadores faz com que essas “juventudes” sejam invisibilizadas; quando essas “juventudes” são invisibilizadas, elas respondem, utilizando também os espaços institucionalizados, reivindicando um olhar direcionado para a sua condição social específica (Borges & Mayorga, 2012). Exige-se um olhar atento para as interseções: entre juventude e promoção da igualdade racial; entre juventude e enfrentamento ao machismo; entre juventude e combate à lgbtfofia; entre juventude e enfrentamento à pobreza. É importante conjugar políticas para a

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

juventude “como um todo, com perspectivas mais refinadas, considerando classe, gênero e etnicidade, em particular quando se focalizam exclusões, reparações e discriminações históricas” (Castro, 2007, p. 191).

Considerações finais

Neste texto, pretendemos trazer alguns elementos que pudessem contribuir para os debates acerca do ativismo juvenil, e de como este pode ser vislumbrado como um enfrentamento à ordem adultocrática. A partir da análise de Oliart e Feixa (2012), pudemos compreender como temos estudado os sujeitos jovens e como temos articulado a categoria social juventude. Salientamos, também, a necessidade de se compreender que as respectivas condições sociais dos/as jovens são importantes marcadores para a compreensão do próprio ativismo e também da elaboração de políticas públicas de juventude.

Reiteramos que a articulação entre juventude e política não é uma relação dada, mas que se configura e se reconfigura constantemente. Posto isso, é imprescindível, no campo dos estudos sobre juventude/juventudes, que estejamos atentos/as às sempre possíveis mudanças no campo – e que essa plasticidade nos contagie ao pensarmos as políticas públicas. Acreditamos que as políticas juvenis, ainda que tenham um pé na institucionalidade do Estado, possam ser constantemente reconfiguradas e reinventadas, acolhendo as demandas e especificidades do momento histórico do público a quem ela se destina.

As experiências culturais e sociais da juventude devem ser potencializadas de forma que seus marcadores contribuam diretamente na construção das políticas e que essas políticas não se atenham a minimizar as exclusões sociais, por mais importante e necessário que isso seja (Castro, 2007). Ressalte-se que, segundo esse ponto de vista, há a necessidade de

apontarmos as diferentes manifestações, formas de ser e de agir juvenis. Inclusive, a possibilidade de os jovens gerirem seus próprios projetos vitais, de assumir responsabilidades sociais e pessoais e de se inserirem na vida pública devem ser “objetivos irrenunciáveis” (Benedicto, 2016, p. 933) para qualquer política de juventude.

Referências

- Abad, M. (2002). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Ultima Década*, 10(16). Recuperado em 5 dezembro, 2017, de <https://doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>.
- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 25-36.
- Aguilera Ruiz, O. (2009). Los estudios sobre juventud en Chile: coordenadas para un estado del arte. *Ultima década*, 17(31), 109-127.
- Aguilera Ruiz, Oscar. (2016). *Movidas, movilizaciones, y movimientos: cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy*. Ril Editores.
- Alvarado, S. V., Gómez, A. H., & León, M. C. S. (2014). Jóvenes y participación política en el mundo contemporáneo: de la apatía a la antipatía por modos hegemónicos de vida. In A. P. Vommaro & S. V. Alvarado (Orgs.), *En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

- Aparicio, J., Barranquero, A. Gómez, M. C., & González, A. (2008). La dominación “adultocrática” en el discurso de los medios. In *I+C Investigar a comunicação: Actas y memoria final: Congreso Internacional Fundacional AE-IC*, Santiago de Compostela.
- Barreira, I. A. F. (2014). Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 4(1), 145.
- Benedicto, J. (2016). La ciudadanía juvenil: un enfoque basado en las experiencias vitales de los jóvenes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), 925-938.
- Borelli, S. H. S., Oliveira, R. de C. A. (2010). Jovens urbanos, cultura e novas práticas políticas: acontecimentos estético-culturais e produção acadêmica brasileira (1960-2000). *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 15(50), 57-69.
- Borges, L., Mayorga, C. (2012). Juventude negra: memórias de lutas e conquistas políticas. In M. Ribeiro (Org.), *As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas* (pp. 195-218). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra (Entrevista). In P. Bourdieu (pp. 112-121). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Butler, U. M., Princeswal, M., & Abreu, R. (2012). Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. *O Social em Questão*, 27, 101-126.
- Cabalin, C. (2013). La Disputa por la Educación en Chile: Neoliberalismo y Movimientos Estudiantiles. In *Congreso la Asociación de Estudios Latinoamericanos*, Washington. Recuperado em 7 noviembre, 2017, de <http://movimientoestudiantil.cl/wp-content/uploads/2015/12/107-La-Disputa-por-la-Educaci%C2%A2n-en-Chile-Neoliberalismo-y-Movimientos-estudiantiles-Cristian-Cabalin.pdf>.
- Cassab, C. (2010). Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. *Perspectiva*, 34(128), 39-51.
- Castro, L. R. de (2012). Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola. In C. Mayorga, L. R. Castro & M. A. M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (pp. 63-97). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Castro, M. G.. (2007). Políticas públicas de juventude: questões de participação. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Org.), *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres* (Vol. 1, pp. 179-197). Belo Horizonte: Autêntica.

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

- Chacón, J. L. (2015). Jóvenes, política e identidad: reconfiguración de la Política Pública de Juventud del municipio de Sibaté a partir de las prácticas culturales. *Infancias y Juventudes Latinoamericanas*. Manizales: Centro Editorial CINDE – Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud – Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano, CINDE – Universidad de Manizales; Buenos Aires, Argentina: CLACSO. ISBN: 978-958-8045-32-0.
- Costa, O. F. (2009). *Políticas públicas de juventude: uma construção possível?*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.
- Dávila León, Oscar. (2004). Adolescencia y Juventud: de las nociones a los abordajes. *Última Década*, 21, 83-104.
- Dayrell, J., Gomes, N. L. (s/d). *A juventude no Brasil*. Recuperado em 2 julho, 2016, de http://www.researchgate.net/publication/267771482_A_JUVENTUDE_NO_BRASIL.
- Faria, C. F. (2010). Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva?. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 187-204. Recuperado em 18 janeiro, 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200012>.
- Feixa, C., & Nilan, P. (2009). Uma juventude global?: Identidades híbridas, mundos plurais. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho*, 31.
- Feixa, C. (2014). Movimentos juvenis, participação política de jovens e políticas públicas de juventude na Ibero-américa e no Caribe (Editorial). *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud*, 12(2).
- Giovanni, J. (2003). Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. *Estudos Feministas*, 11(2), 655. Recuperado em 25 junho, 2017, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ef/article/view/S0104-026X2003000200024>.
- Hart, S. (2009). The ‘problem’ with youth: young people, citizenship and the community. *Citizenship studies*, 13(6).
- Lugones, M. (2015). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Mayorga, C., Avelino, C. C., Oliveira, D. Alves, E. C., Lopes, L. S., Souza, L. M., Albuquerque, L. P. de, Santos, T. R., Silva, V. A., & Silva, A. F. (2010). Protagonismo juvenil: a politização do jovem ou a redução da ação política?. In J. L. Barbosa, L. Jorge, J. de S. Silva A. I. Sousa (Orgs.), *Políticas públicas e juventude* (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes, pp. 27-34). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mayorga, C. Castro, L. R. de, & Prado, M. A. M. (2012). Juventude e os paradoxos da política. In C. Mayorga, L. R. Castro & M. A. M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Belo Horizonte: Contracapa.

Santos, B. V. *Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo*

- Mayorga, C. (2013). Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. *Estudos de Psicologia, 18*(2), 343-350.
- Mayorga, C., Ribeiro, L. J. (2016). Que Brasil queremos?: O que dizem os/as jovens – com a palavra, o Fórum das Juventudes da Grande BH, Movimento Tarifa Zero, Rede AfroLGBT, Juventude Rural. *InterFaces: Revista de Extensão da UFMG, 4*(2), 5-35.
- Menezes, J. de A., & Rodrigues, M. N. M. (2014). Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 12*(2), 703-715.
- Menezes, J. de A., Colaço, V. de R., & Adrião, K. G. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia da UFC, 9*, 8-17.
- Moreira, J. de O. Rosário, Â. B. do, & Santos, A P. dos (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Revista PSICO, 42*(4), 457-464.
- Oliart, P., Feixa, C. (2012). Introduction: youth studies in Latin America – On social actors, public policies and new citizenships. *Young, 20*(4), 329-344.
- Oliveira, I. T. M. (2012). *Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Oliveira, I., & Hermont, C. (2014). Juventudes e participação política. In L. M. Corrêa Alves, M. Z. & Maia, C. L. (Orgs.), *Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio* (Caderno 11). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social, 25*(105-106), 139-165.
- Pereira, A. B. (2007). Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. *Ponto Urbe, 1*. Recuperado em 22, janeiro, 2017, de <http://pontourbe.revues.org/1203>.
- Portantiero, J. C. (1978). *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria, 1918-1938* (N. 378,1981, p. 6).
- Souza, L. M., Marçal, M. M., Lino, T. R., Mayorga, C., & Prado, M. A. M. (2012). Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato. In C. Mayorga, L. R. Castro & M. A. M. Prado (Orgs.), *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Belo Horizonte: Contracapa.
- Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, 24*, 16-39.
- Valenzuela Arce, J. M. Remolinos de viento: juvenicidio e identidades desacreditadas. In J. M. Valenzuela Arce (Orgs.), (2015). *Juvenicidio: ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España*. Barcelona: Ned Ediciones.

Santos, B. V. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo

Weller, W. (2005). A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos feministas*, 13(1), 107-126.

Zucchetti, D. T., & Bergamaschi, M. A. (2007). Construções sociais da infância e da juventude. *Cadernos de Educação*, 28, 213-234.

Recebido em: 2/4/2019
Aprovado em: 19/3/2020